

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº.: 00818/2003/004/2006
Assunto: Auto de Infração nº 3809/2006
Autuado ANTÔNIA ROSA DE JESUS CUNHA

FEAM	
Protocolo nº: 366933/07	FL. Nº 08
Divisão: Pro - 27-07-07	C
Mat.: —	Visto: Edite

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

1 – O empreendimento em epígrafe foi autuado como incurso no item 2 do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade, *in verbis*:
“descumprir condicionante apresentada pelo COPAM aprovadas na Licença de Operação”.

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, **não tendo a empresa apresentado qualquer espécie de defesa**, apesar de regularmente notificada da autuação supra, de acordo com o AR de fls.5, datado de 22 de junho de 2006.

3 - A Deliberação Normativa nº 30, de 29 de setembro de 1998, estabelece em seu artigo 36, Parágrafo Único, que:


“O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão”.

4 - Logo, operou-se a preclusão administrativa da impugnabilidade do ato – na fase de Defesa, face à ausência de *litis contestatio*.

Diante do exposto, remetemos os autos à **PRESIDÊNCIA DA FEAM**, recomendando a aplicação de 01 (uma) penalidade de advertência, para que a empresa possa regularizar sua situação ambiental no prazo a ser fixado pela autoridade julgadora, de até 90 dias, conforme disposto na Deliberação Normativa 61/02, sob pena de conversão da penalidade de advertência em penalidade de multa no valor de **R\$3.193,36**, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “a” (infração grave, empreendimento de pequeno porte), c/c art. 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2006.


Letícia Gentilini França
Consultora Jurídica
Bacharel em Direito

Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM


Denise Bernardes Co
CONSULTORA JURÍDICA
OAB - MG 87973
124